



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**



<b>PROCESSO</b>	<b>10580.728887/2016-40</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	2202-011.613 – 2ª SEÇÃO/2ª CÂMARA/2ª TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	4 de novembro de 2025
<b>RECURSO</b>	VOLUNTÁRIO
<b>RECORRENTE</b>	LUBRIJAU DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
<b>INTERESSADO</b>	FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Processo Administrativo Fiscal**

Período de apuração: 01/01/2012 a 31/12/2012

RECURSO VOLUNTÁRIO. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO.

A contagem dos prazos no Processo Administrativo Fiscal federal é feita em dias corridos, não se lhe aplicando o disposto no CPC/2015.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por intempestivo.

*Assinado Digitalmente*

**Thiago Buschinelli Sorrentino** – Relator

*Assinado Digitalmente*

Ronnie Soares Anderson – Presidente

Participaram da reunião os conselheiros Andressa Pegoraro Tomazela, Henrique Perlatto Moura, Marcelo Valverde Ferreira da Silva, Sara Maria de Almeida Carneiro Silva, Thiago Buschinelli Sorrentino, Ronnie Soares Anderson (Presidente).

**RELATÓRIO**

Por brevidade, transcrevo o relatório elaborado pelo órgão julgador de origem, 6ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Florianópolis/SC, de lavra do Auditor-Fiscal Daniel Koerich Inacio (Acórdão 07-39.775):

Trata-se de três autos de infração lavrados contra a sociedade empresária Lubrijau Derivados de Petróleo Ltda (fls. 02 a 26, 28 a 75 e 77 a 89).

No auto de infração de fls. 02 a 26 foram lançadas contribuições sociais previdenciárias da empresa sobre remunerações pagas, devidas ou creditadas, a segurados empregados, inclusive para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho – RAT, relativas às competências 01/2012 a 12/2012, acrescidas de multa de ofício de 225% e juros, contribuições sociais previdenciárias da empresa sobre remunerações pagas ou creditadas a segurados contribuintes individuais, relativas às competências 01/2012 a 12/2012, acrescidas de multa de ofício de 225% e juros, e valores a título de contribuições para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho – RAT correspondentes ao adicional de 9% (nove por cento) previsto no §6º do artigo 57 da Lei nº 8.213/1991, relativas às competências 01/2012 a 12/2012, acrescidas de multa de ofício de 225% e juros.

No auto de infração de fls. 28 a 75 foram lançadas contribuições para outras entidades e fundos (Salário Educação, INCRA, SENAC, SESC e SEBRAE), relativas às competências 01/2012 a 12/2012, acrescidas de multa de ofício de 225% e juros.

Já no auto de infração de fls. 77 a 89 foram lançadas contribuições sociais previdenciárias de segurados empregados, relativas às competências 01/2012 a 12/2012, acrescidas de multa de ofício de 225% e juros.

Conforme relatado pela autoridade lançadora, durante a ação fiscal que originou as presentes autuações, apurou-se, por meio dos procedimentos de auditoria fiscal e com supedâneo nas provas e constatações relacionadas no relatório fiscal de fls. 91 a 108, que a Autuada (Lubrijau Derivados de Petróleo Ltda), visando escapar da incidência das contribuições sociais previdenciárias e das contribuições para terceiros (outras entidades e fundos), utilizou-se de interpresa pessoa jurídica (Comvalubri Comércio Varejista de Lubrificantes Ltda) para intermediar pagamentos a trabalhadores que lhe prestaram serviços (à Autuada) na condição real de segurados empregados e de segurados contribuintes individuais.

Devido a estas constatações, a autoridade lançadora relata que enquadrou como segurados empregados e como segurados contribuintes individuais da Autuada (Lubrijau Derivados de Petróleo Ltda), para fins de lançamento das contribuições sociais previdenciárias e das contribuições para terceiros devidas, todos os trabalhadores formalmente registrados como segurados empregados e segurados

contribuintes individuais da pessoa jurídica Comvalubri Comércio Varejista de Lubrificantes Ltda.

O fato gerador das contribuições lançadas nos autos de infração de fls. 02 a 26, 28 a 75 e 77 a 89, foi o trabalho remunerado prestado por segurados que, embora formalmente vinculados como segurados empregados e segurados contribuintes individuais à “empresa” Comvalubri Comércio Varejista de Lubrificantes Ltda, mantinham, de acordo com a autoridade fiscal, vínculo de fato com a Autuada (Lubrijau Derivados de Petróleo Ltda).

Os valores lançados referentes aos autos de infração de fls. 02 a 26, 28 a 75 e 77 a 89, correspondiam, na data da lavratura das autuações (15/12/2016), aos montantes de, respectivamente, R\$ 4.530.996,07 (quatro milhões, quinhentos e trinta mil, novecentos e noventa e seis reais e sete centavos), R\$ 909.903,70 (novecentos e nove mil, novecentos e três reais e setenta centavos), e R\$ 18.320,82 (dezóito mil, trezentos e vinte reais e oitenta e dois centavos).

Tendo em vista que a autoridade fiscal entendeu que o Sr. Jaílson Couto Ribeiro e a sociedade empresária Comvalubri Comércio Varejista de Lubrificantes Ltda devem responder solidariamente pelos créditos lançados nos autos de infração de fls. 02 a 26, 28 a 75 e 77 a 89, os mesmos foram cientificados dos lançamentos (fls. 963 e 977/978).

Em 20 de janeiro de 2017 a sociedade empresária Lubrijau Derivados de Petróleo Ltda apresentou a peça de fls. 965 a 968, na qual aduz o seguinte:

(...)

Devidamente intimados do lançamento dos autos de infração de fls. 02 a 26, 28 a 75 e 77 a 89 e da imputação de responsabilidade solidária, o Sr. Jaílson Couto Ribeiro e a sociedade empresária Comvalubri Comércio Varejista de Lubrificantes Ltda deixaram transcorrer in albis o prazo para impugnação.

Referido acórdão foi assim ementado:

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Período de apuração: 01/01/2012 a 31/12/2012

IMPUGNAÇÃO NÃO CONHECIDA. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE MOTIVOS DE FATO E DE DIREITO ESPECÍFICOS DE DISCORDÂNCIA.

A impugnação deve mencionar os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, precisando os pontos de discordância. A matéria não expressamente contestada é considerada não impugnada, nos termos do artigo 17 do Decreto nº 70.235/1972.

Impugnação Não Conhecida

**Crédito Tributário Mantido**

Cientificado do resultado do julgamento em 29/06/2017, uma quinta-feira (fls. 995)<sup>1</sup>, a parte-recorrente interpôs o presente recurso voluntário em 10/08/2017, uma quinta-feira (fls. 1000), no qual se sustenta, sinteticamente:

- a)** O não conhecimento da impugnação apresentada na primeira instância viola os princípios do contraditório e da ampla defesa, pois a peça impugnatória foi tempestivamente apresentada e contém, segundo a parte-recorrente, elementos suficientes para afastar a acusação, sendo indevido o seu desentranhamento com fundamento no art. 17 do Decreto nº 70.235/1972.
- b)** A atribuição de responsabilidade tributária solidária à parte-recorrente ofende a regra de distribuição do ônus da prova prevista no art. 373 do Código de Processo Civil, pois caberia à administração fazendária comprovar de forma inequívoca os fatos constitutivos da obrigação tributária.
- c)** A ausência de documentação comprobatória no momento da impugnação não pode ser interpretada em desfavor da parte-recorrente, porquanto decorreu de dificuldades operacionais no setor contábil da empresa, e os documentos estariam disponíveis para apresentação mediante diligência.
- d)** A penalidade aplicada (multa de ofício de 225%) contraria os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, dado que a parte-recorrente não agiu com dolo, nem causou prejuízo ao erário, e vinha mantendo escrituração contábil regular, com documentação arquivada.
- e)** A presunção de omissão de receitas, sustentada com base na utilização de pessoa jurídica interposta, ofende o devido processo legal e a presunção de inocência, pois a fiscalização teria se baseado em indícios insuficientes para a constituição do crédito tributário.
- f)** A cobrança fiscal imposta, acrescida de encargos considerados pela parte-recorrente como extorsivos (juros, multas e indexadores), compromete sua capacidade de solvência, violando o princípio da capacidade contributiva.

Diante do exposto, pede-se, textualmente:

“o nobre Conselho Administrativo de Recursos [...] conheça das razões aqui deduzidas e conceda um prazo hábil de 20 (vinte) dias para o levantamento do material necessário à fiscalização, vez que o mesmo envolve centenas de documentos, pelos motivos aqui expendidos, por ser de direito e de JUSTIÇA.”

<sup>1</sup> 29/06/2017 - fls. 995, para - LUBRIJAU DERIVADOS DE PETROLEO LTDA; 23/06/2017 - fls. 996, para - COMVALUBRI COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES LTDA; 29/06/2017 - fls. 997, para - JAILSON COUTO RIBEIRO.

É o relatório.

## VOTO

**O Conselheiro Thiago Buschinelli Sorrentino, relator:**

Não conheço do recurso voluntário, porquanto intempestivo.

Nos termos do art. 33 do Decreto nº 70.235/1972, o prazo para interposição de recurso voluntário é de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação do resultado da decisão de primeira instância.

No caso concreto, a parte-recorrente foi cientificada do resultado do julgamento em **29/06/2017**, uma quinta-feira, por meio eletrônico, nos termos do art. 23, § 2º, inciso III, alínea "a", do Decreto nº 70.235/1972, em decorrência do **decurso do prazo de 15 (quinze) dias** após a disponibilização da intimação no domicílio tributário eletrônico do contribuinte, em 14/06/2017, às 18:02:43 (fl. 995).

O dispositivo aplicável estabelece, *verbatim*:

Decreto 70.235/1972

Art. 23. Far-se-á a intimação

[...]

III - por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante:

a) envio ao domicílio tributário do sujeito passivo; ou

b) registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo.

§ 2º Considera-se feita a intimação:

[...]

III - se por meio eletrônico:

a) 15 (quinze) dias contados da data registrada no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo;

b) [...]"

Nesse contexto, a intimação considera-se **efetivada em 29/06/2017**, data do transcurso do prazo legal de 15 dias contados da disponibilização da comunicação eletrônica.

O recurso voluntário foi protocolado em **10/08/2017**, uma quinta-feira (fl. 1000).

Dessa forma, entre **29/06/2017 e 10/08/2017**, transcorreram **42 dias corridos**, ultrapassando o limite legal de 30 dias previsto no art. 33 do Decreto nº 70.235/1972.

Aplica-se, na hipótese, entendimento já firmado por este Conselho, de que o prazo recursal no processo administrativo fiscal federal se conta em **dias corridos**, e **não** em dias úteis, como pacificado na seguinte decisão proferida pela **Primeira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Terceira Seção**, no **Acórdão nº 3101-003.951**, nos autos do processo nº 15746.720786/2023-33:

**"INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO VOLUNTÁRIO. NÃO CONHECIMENTO.  
CONTAGEM DO PRAZO RECURSAL POR DIAS CORRIDOS.**

A contagem do prazo recursal no processo administrativo federal se dá por dias corridos, tal como disposto no artigo 5º, do Decreto n.º 70.235/1972.”  
(sessão de 28/11/2024, publicado em 13/12/2024. Relatora: Laura Baptista Borges)

Assim sendo, **não conheço do recurso voluntário, por intempestivo.**

É como voto.

*Assinado Digitalmente*

**Thiago Buschinelli Sorrentino**